

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO NO BAIRRO AMAZÔNIA - PAC

Informações da unidade requisitante	
UG Requisitante: Secretaria de Obras	Setor Requisitante: SO
Responsável pela demanda: Bruna Ferreira da Rocha	
Cargo: Subsecretária de Gestão de Obras Públicas	

JUSTIFICATIVA PARA A UTILIZAÇÃO DO ETP SIMPLIFICADO
<p>A justificativa para a utilização do estudo técnico preliminar simplificado, conforme o artigo 18, parágrafo 2º, da Lei 14.133/2021, pode ser fundamentada em diversos aspectos, especialmente em situações onde o objeto da contratação foi definido e aprovado pelo órgão de fomento.</p> <p>Em agosto/2023, o Governo Federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico, social e estrutural nos municípios brasileiros. Esse novo PAC é uma iniciativa estratégica para impulsionar o crescimento sustentável no país, reduzindo desigualdades regionais, gerando empregos e melhorando a infraestrutura e os serviços públicos nas áreas urbanas e rurais.</p> <p>Com muito interesse no programa, o Município de Juiz de Fora submeteu propostas relacionadas a infraestrutura urbana, Saneamento, Educação, Saúde e Esportes, tendo sido contemplado com diversos termos de compromissos firmados com o Governo Federal para executar as metas aprovadas.</p> <p>Neste caso aqui tratado, o Município receberá recursos do Novo PAC para construção de equipamentos de esporte e lazer na praça do bairro Amazônia, objetivando a construção de campo de futebol com grama sintética, meia quadra de basquete, parquinho infantil e pista de caminhada, de acordo com o <u>projeto padrão e o ajuste firmado</u> entre Ministério do Esporte e a Prefeitura de Juiz de Fora.</p> <p>Pelo exposto, não há que se falar em análise de soluções para resolução da questão do esporte e lazer no bairro Amazônia, haja vista que o projeto adotado pelo município é o padrão, elaborado pelo próprio Ministério, o que ensejaria em desvio de finalidade a sua não execução.</p> <p>Por todo o exposto, adotamos o ETP simplificado, que conterà todos os elementos obrigatórios, descritos na retrocitada lei, nos itens I, IV, VI, VIII e XIII e também sobre o licenciamento ambiental.</p>

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A Constituição Federal prevê como direito fundamental da população o acesso à prática de esportes e ao lazer. Neste contexto, a Secretaria de Esporte e Lazer tem como missão oferecer, fomentar e democratizar a prática de atividade física, visando à melhoria da qualidade de vida e ao bem-estar dos cidadãos.

Ao longo do tempo, apesar do grande número de moradores na região norte, não houve planejamento de infraestrutura destinada à prática do esporte e lazer e, portanto, a área não possui um espaço adequado para essa finalidade. O bairro em questão, localizado em uma região periférica da cidade, enfrenta uma



situação de vulnerabilidade social.

A comunidade local não dispõe de equipamentos adequados para a prática de esportes e lazer, o que reflete a ausência de infraestrutura voltada para essas atividades. Embora a área seja densamente povoada, não há espaços públicos devidamente estruturados para atender às necessidades dos moradores.

As famílias que vivem na região enfrentam limitações de acesso em diversos âmbitos, como o social, econômico e cultural, o que contribui para uma maior exposição a situações de risco em seu cotidiano.

A construção de equipamentos públicos destinados ao esporte e lazer é uma medida essencial para oferecer oportunidades de desenvolvimento e inclusão, além de contribuir para a redução da vulnerabilidade social.

Essa proposta está alinhada com o plano de governo atual, que assume o compromisso de construir e recuperar equipamentos públicos voltados para o esporte e lazer, promovendo, assim, integração e o desenvolvimento da comunidade local.

(Extraído do DFD - Proc. 11.535/2024, despacho 7)

IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM POTENCIALMENTE CONTRATADAS

O projeto padrão, que será adotado pela Prefeitura para construção do espaço esportivo do bairro Amazônia, é composto por:

- 1 campo de futebol *society*, com piso de grama sintética, no tamanho 1,50x2,50x5,00m (PxLxA);
- meia quadra de basquete com piso modular em polipropileno de alto impacto e resistência, no tamanho 300x300x15mm (PxLxA), com 01 tabela no padrão oficial (altura total de 3,95m);
- playground em piso de borracha esportivo, com 02 paredes de escalada, 01 gangorra dupla, 01 balanço de 02 lugares e 01 brinquedo de madeira contendo: 01 casinha, 01 escorregadeira, 01 escada marinheiro, 02 balanços e 01 rampa de acesso;
- pista de caminhada com piso de concreto moldado *in loco*.

Todas as especificações e quantidades estão descritas nos projetos, planilha orçamentária e memorial descritivo, que serão anexados ao edital.

VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para esta contratação será de **R\$ 1.645.026,48 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil, vinte e seis reais e quarenta e oito centavos)**, conforme planilha orçamentária aprovada, que será anexada ao edital.

VIII – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Em atenção ao art. 40 da Lei 14.133/2021, os parágrafos 1º, 2º e 3º descrevem a possibilidade ou não do parcelamento da obra e, deste modo, visando garantir a maior competitividade, não será adotado o parcelamento da obra, tendo em vista a natureza do objeto e a plena possibilidade de executor único para todos os componentes e serviços necessários.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Os serviços a serem realizados não se enquadram no anexo único da Deliberação Normativa (DN) COPAM nº 217/2017, portanto, não são passíveis de licenciamento ambiental, cabendo apenas a emissão de declaração junto ao órgão licenciador. Adicionalmente, considerando que a intervenção não está locada em faixa marginal de curso d'água, não é passível de autorização de intervenção em Área de Preservação



Permanente (APP) ou de outorga junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Caso haja a necessidade de remoção de indivíduos arbóreos, a mesma deverá ser informada e solicitada previamente, podendo ser exigido plantios compensatórios, a critério do órgão competente.

Ressaltamos que a devida manifestação dos órgão ambiental responsável deverá ser anexada a este processo antes da emissão da Ordem de Serviço.

Quanto aos possíveis impactos ambientais da intervenção, destacam-se:

- Geração de efluentes líquidos provenientes dos banheiros instalados durante a execução da obra.
 - Compactação e impermeabilização de solos afetando diretamente a sua permeabilidade e contribuindo para o aumento do escoamento superficial.
 - Aumento no nível de poeira e ruídos nos locais próximos às obras devido à movimentação de maquinários.
 - Geração de resíduos sólidos provenientes das atividades executadas pelos trabalhadores durante as obras e pela população durante o uso do espaço após a conclusão da obra.
- (Extraído do Proc. Administrativo 11.535/2024, despacho 21)

LICITAÇÃO

Em exígua análise acerca da escolha da Modalidade da Licitação, observando os Artigos 29, 30, 31 e 32 da Lei no 14.133/2021, conclui-se que a única modalidade que se encaixa no objeto a ser contratado é a **Concorrência Eletrônica**, pois as demais modalidades não podem ser utilizadas ou não se aplicam para a execução de obra de engenharia com as características da obra de Construção de Contenção de Encostas, como pode se verificar:

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de **obras e serviços de engenharia**, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. 5.4.4.” (GRIFO PRÓPRIO)

No que tange ao Regime de Execução, considera-se que o preço unitário permite a Administração estimar um padrão de medida para cada item, com quantidade limitada e valor certo estabelecidos em contrato, então, para fins de aferição do valor a ser pago será considerada a medição verificada e aprovada do serviço executado pela contratada. Conclui-se, portanto, que para esta obra o regime de execução mais vantajoso para a Administração Pública é o de **empreitada por preço unitário**, com fulcro no art. 46 da retrocitada Lei:

“Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário;

II - empreitada por preço global;

III - empreitada integral;

IV - contratação por tarefa;

V - contratação integrada;

VI - contratação semi-integrada;

VII - fornecimento e prestação de serviço associado.” (GRIFO PRÓPRIO)

Tendo em vista a modalidade de Concorrência Eletrônica, bem como o caráter do objeto licitado, será adotado o critério de julgamento como **maior desconto**, adotando como base os artigos 33 e 34 da r. Lei Federal:

“Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes



critérios:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.” (GRIFO PRÓPRIO)

“Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.”

Ao fim, haja vista a adoção da Concorrência Eletrônica, bem como o caráter de maior desconto, será adotado o modo de disputa aberto, a fim de viabilizar a possibilidade de disputa entre as sociedades empresárias, tendo como sustentáculo o art. 56 da Lei Federal retro:

“Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.

§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.”
(GRIFO PRÓPRIO)

XIII – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Após a realização do estudo técnico preliminar simplificado, referente à contratação de empresa para construção de equipamentos de esporte e lazer na praça do bairro Amazônia, foram realizadas conferências e verificações da viabilidade da proposta. O levantamento de dados técnicos, a análise das condições locais, a adaptação do projeto padrão para o local e a avaliação dos impactos para a região demonstraram que a intervenção é, não apenas necessária, mas também viável.

Os aspectos financeiros foram examinados, considerando o orçamento aprovado pelo programa, evidenciando que a contratação se alinha com os parâmetros econômicos estabelecidos, garantindo a execução do projeto dentro das limitações orçamentárias.

Adicionalmente, a obra proposta atenderá às necessidades da comunidade, proporcionando maior qualidade de vida com o acesso à prática de esportes e ao lazer.

Portanto, recomenda-se a continuidade do processo de contratação, com a certeza de que a implementação trará benefícios imprescindíveis à comunidade local e seu entorno.

Profissional responsável pelas informações do ETP

Responsável pela elaboração e consolidação das informações do ETP:

Nome: Juliana Guarinello dos Santos

Cargo: Gerente do Departamento de Gestão de Contratos e Convênios de Obras Públicas - DEGOP